

## 1 - Gênero, ciência e cultura

Ana Paula Vosne Martins

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARTINS, APV. Gênero, ciência e cultura. In: *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp. 21-61. História e Saúde collection. ISBN 978-85-7541-451-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## *Gênero, Ciência e Cultura*

Nomear e classificar têm sido tarefas fundamentais da ciência moderna, uma forma de conhecimento da Natureza e dos seres humanos cuja história é narrada como resultado de uma revolução na forma de ver e explicar o mundo. Os alicerces do conhecimento científico moderno foram fundados em centros culturais europeus renovados com o ímpeto humanista, especialmente na Itália, onde as universidades passaram a fornecer novos modelos e métodos de investigação a respeito da Natureza e dos seres humanos.

No que diz respeito à medicina, mesmo nos quadros dos dogmas cristãos, desenvolveu-se um conhecimento fundamentado na observação direta, no empirismo, numa lenta, mas implacável revelação dos segredos do corpo humano, exposto no teatro das dissecações (Delumeau, 1994). Embora não se possa falar ainda de uma ciência experimental, os intelectuais renascentistas deram os primeiros e decisivos passos em direção ao conhecimento da Natureza, procurando estabelecer uma nova e mais atuante participação do espírito humano na compreensão da ordem do universo regido pelos desígnios de Deus.

Essa atitude humanista, pragmática e crescentemente racionalista, foi o fermento dos estudos realizados ao longo dos séculos XVI e XVII, bem como dos enfrentamentos filosóficos entre aristotélicos e copernicianos; entre visões finitas e hierárquicas do universo e as idéias de movimento, infinitude e leis naturais. O pensamento filosófico e científico que se estruturou a partir de então, não apenas começava a decifrar a linguagem matemática do mundo físico e a conhecer suas regularidades, mas a conceber o conhecimento como um processo objetivo fundado no princípio da

separação entre o observador e a realidade. Acompanham este princípio de natureza dualista outras dicotomias igualmente importantes para a produção do conhecimento científico como natureza/cultura, emoção/razão, particular/universal, corpo/mente, todas fortemente marcadas por valores culturais, conforme explica Keller (1985).

Ao analisar os discursos de Francis Bacon, a autora ressalta como sua visão a respeito da ciência envolvia necessariamente poder, domínio e controle do homem sobre a Natureza, sendo a ciência o meio pelo qual a ambição humana pelo poder encontraria seu melhor e mais nobre emprego. Dessa forma, um dos significados das dicotomias do pensamento científico é o exercício do poder e a dominação de um dos pares sobre o outro.

Seguindo esta mesma linha de argumentação crítica, Wilshire (1997) explica que a lista dessas dicotomias é bastante antiga – remontando ao tempo de Aristóteles – e que um dos seus mais fortes significados é aquele associado ao gênero. Para entendermos melhor esta leitura feminista da epistemologia científica, tomemos uma das mais significativas dicotomias produzidas por este tipo de conhecimento: natureza/cultura. Neste par, a Natureza é simbolicamente associada à feminilidade, representada pela figura feminina tanto nos textos quanto nas alegorias. A melhor descrição deste simbolismo foi elaborada por Francis Bacon, num texto publicado entre 1602 e 1603, com o sugestivo título *The Masculine Birth of Time*: “Minha intenção é de comunicar a você não fantasias de meu cérebro, nem sombras provocadas pelas palavras, nem um rescaldo religioso. Não: alcancei a própria verdade levando a você a Natureza com todos os seus filhos para pô-la a seus serviços e fazer dela a sua escrava” (Bacon apud Martensen, 1998: 146).<sup>1</sup>

Para Bacon, a ciência era uma atividade masculina, pois, no homem, acreditava-se predominar a mente ou o intelecto, sede da razão, a única faculdade mental que o levaria a conhecer e a dominar a Natureza em uma infinita transcendência de si mesmo na produção da cultura e da civilização. Bacon descrevia o conhecimento da Natureza usando o vocabulário das relações de gênero de sua época: uma questão de domínio do mais forte sobre o mais fraco; de soberania masculina e de subordinação feminina. A Natureza deveria ser conhecida na sua verdade para servir ao homem, ser sua ‘escrava’, o autor utilizava-se do vocabulário da dominação para melhor representar a relação que ele imaginava ser análoga ao conhecimento da Natureza.

De acordo com Keller (1985), as idéias de Bacon e de outros eminentes representantes do pensamento científico moderno são reveladoras de como

as associações de gênero estão presentes na formulação da linguagem científica, não como ornamentos ou recursos estilísticos, mas como elementos formadores da estrutura ideológica das ciências com implicações práticas, conforme pretendemos demonstrar neste capítulo.

Tomando como referência a bibliografia feminista que nas últimas três décadas vem fazendo uma revisão crítica dos paradigmas científicos ao questionar sua suposta neutralidade e objetividade, procuraremos, neste capítulo, analisar como as diferenças humanas percebidas e construídas culturalmente são ressignificadas em domínios culturais que não precisam estar necessariamente relacionados às variáveis de sexo, raça ou classe, conforme observamos na construção da dicotomia natureza/cultura.

Os principais argumentos aqui expostos foram desenvolvidos também a partir de um conjunto de pesquisas sobre a história cultural do corpo, em especial os trabalhos de Laqueur (1992) e Schiebinger (1994). Para ambos, a emergência das diferenças sexuais e raciais no campo das ciências biológicas deu-se em meados do século XVIII, suplantando um modelo bastante antigo de conhecimentos sobre o corpo humano cujo princípio era a homologia sexual. Na primeira parte do capítulo, pretendemos analisar como anatomistas, fisiologistas e médicos passaram a questionar os conhecimentos sustentados na tradição aristotélico-galênica a respeito das diferenças entre homens e mulheres. Procuraremos compreender os significados do extenso inventário sobre as diferenças sexuais empreendido durante os séculos XVIII e XIX, bem como o fato significativo de que a diferença foi localizada no corpo feminino.

A segunda parte do capítulo trata da produção discursiva sobre a alteridade feminina. Se as diferenças entre os sexos eram tão irredutíveis e foram minuciosamente descritas e classificadas, cabe então questionar as consequências deste tipo de conhecimento para a vida das mulheres, ou seja, entender como os saberes aqui em questão produziram um novo objeto e, ao fazê-lo, estabeleceram os fundamentos científicos da natureza e identidade feminina.

## O Sexo e a Ciência Moderna

Na segunda metade do século XIX a questão sexual era um problema que perseguia muitos homens da ciência, particularmente os médicos, esses especialistas em olhar e examinar os corpos e estabelecer as verdades sobre

a Natureza e a identidade dos indivíduos. Apesar dos pudores vitorianos, os exames médicos tornaram-se, ao longo do século, muito detalhados, seguindo o modelo das autópsias, descendo aos detalhes mais íntimos e internos dos corpos examinados.

Saber exatamente qual o sexo verdadeiro de cada pessoa era uma preocupação relativamente recente, algo que começara a surgir na documentação médica e jurídica por volta da segunda metade do século XVIII, quando as diferenças passaram a ser observadas e utilizadas na construção do conhecimento sobre a Natureza e na organização da sociedade.<sup>2</sup>

Tendo como referência esta documentação científica, começaram a ser publicados os manuais europeus sobre sexo, amor e casamento, produzidos tanto por autores conservadores quanto por liberais – alcançando vendagens astronômicas para a época em que foram publicados, sendo alguns deles verdadeiros campeões de vendas – que contribuíram para a educação sexual de homens e mulheres do século XIX.<sup>3</sup> Um desses escritores foi o médico francês Auguste Debay, autor de um *best seller* sobre o casamento, publicado em 1850. Posteriormente, Debay (1901) escreveu outro manual, desta vez voltado para a vida sexual, cujo título é *Hygiene e Physiologia do Amor nos Dois Sexos*. Escrito numa linguagem acessível, o livro reproduziu várias idéias científicas da época a respeito da natureza nervosa e quase patológica do sexo feminino, embora exaltasse as qualidades morais e defendesse o poder civilizador das mulheres. Debay se dizia um admirador e um adepto do culto à mulher, numa linha muito próxima a de Michelet, seu compatriota, como veremos.

Apesar do título, boa parte do livro diz respeito à fisiologia, ao corpo e ao comportamento sexual feminino, à higiene e aos conselhos do Dr. Debay para que a vida sexual dos casados fosse saudável, sem excessos e desacordos.<sup>4</sup> Na parte relativa às anomalias sexuais, o livro traz considerações a respeito de um tema que vinha sendo bastante discutido nos meios científico e médico: o hermafroditismo. Debay parte da clássica definição da presença dos dois sexos num só corpo. Antes de tudo, como um bom médico do século XIX, o autor desqualificou as definições e os relatos acerca do assunto produzidos na Antiguidade, quando “reinava a mais profunda ignorância a respeito das ciências naturais” (Debay, 1901: 240). Se Debay parece um pouco indulgente com alguns textos antigos, guarda todo seu opróbrio para a Idade Média, “época nefasta das fogueiras e do veneno” (1901: 243) na qual imperava a mais completa ignorância e truculência sobre o hermafrodita, referindo-se à condenação à morte nas fogueiras, o mesmo castigo infligido às feiticeiras.

A verdade sobre o hermafroditismo só foi alcançada, segundo o autor, no século XIX, graças aos estudos anatomofisiológicos e embriológicos produzidos pelos cientistas e médicos que desvendaram os segredos da anatomia de indivíduos até então descritos como exemplares de fatos curiosos da Natureza.

Esses indivíduos são razoavelmente abundantes na literatura médica entre o final do século XVIII e o século XIX. Debay narra vários casos de indivíduos que tiveram seu verdadeiro sexo descoberto por médicos que transformaram seus nomes e vidas. O autor utiliza os relatos que compilou de tratados de fisiologia e de medicina legal para defender a idéia científica que já vinha sendo formulada há algum tempo: não havia hermafroditismo humano completo, ou seja, cada corpo tinha um e somente um único sexo.

Debay explica que graças ao trabalho de anatomistas, fisiologistas, zoólogos e botânicos se sabia que o hermafroditismo completo ocorria somente em algumas espécies de plantas e em alguns animais invertebrados. Entre os seres humanos só havia pseudo-hermafroditas masculinos e femininos. Mesmo não citando suas fontes, o médico fornece algumas indicações de fisiologistas e cirurgiões e cita com muita deferência um dos mais respeitados naturalistas franceses do século XIX que também escreveu sobre o hermafroditismo: Isidore Geoffroy Saint-Hilaire.

Saint-Hilaire era médico e filho do também famoso naturalista Etienne Geoffroy Saint-Hilaire, fundador do Instituto de Ciências e Artes do Cairo e professor de zoologia da Sorbone em 1809. Isidore Saint-Hilaire seguiu os mesmos passos do pai, sendo seu substituto no Museu de História Natural e igualmente professor de zoologia na Sorbone. Seu pai havia escrito um livro sobre monstruosidades em 1822, *Philosophie Anatomique*, mas foi o filho quem ficou famoso pelos estudos que fez a respeito das anomalias anatomofisiológicas nos animais e nos seres humanos, publicando sua obra mais célebre em 1837, *Histoire des Anomalies de l'Organisation chez l'Homme et les Animaux*.

Ao estudar as monstruosidades, utilizando-se dos métodos experimentais cada vez mais elaborados na fisiologia e na anatomia comparada, Isidore Saint-Hilaire procurou dar uma explicação natural para coisas, que pareciam, à primeira vista, aberrantes ou sobrenaturais, como animais de duas cabeças ou o hermafroditismo, por exemplo.<sup>5</sup> Quando afirma categoricamente que a Natureza por si só não produzia monstros, Saint-Hilaire e seus contemporâneos estavam dizendo que os casos teratológicos

eram resultado de obstáculos e circunstâncias acidentais que mudavam o curso da Natureza. Portanto, só os estudos embriológicos poderiam explicar que obstáculos eram responsáveis pela formação dos hermafroditas.

Fazendo experiências em ovos de pássaros, Isidore Saint-Hilaire chegou a produzir anomalias, concluindo que as perversões e os vícios de forma eram resultado de problemas ocorridos após a fecundação, afetando a formação do embrião. Assim, os hermafroditas não eram seres mitológicos, nem demônios, nem aberrações, mas anomalias resultantes de problemas ocorridos na gravidez e não na Natureza, como concluíram Saint-Hilaire, o filho, e seus leitores, entre eles Debay.

A preocupação em estabelecer o sexo verdadeiro dos pseudo-hermafroditas, baseada nas evidências colocadas pelas ciências biológicas experimentais do século XIX, faz parte de um enredo no qual médicos como Saint-Hilaire e Debay tiveram papel fundamental, uma vez que a questão da identidade sexual era vista como determinante e determinadora na vida das pessoas.

Como bem explicou Foucault (1982), com as novas teorias da sexualidade, as concepções jurídicas modernas do indivíduo e as formas de controle administrativo do Estado, já não mais se admitia a existência de dois sexos no mesmo corpo e nem sequer a possibilidade de escolha do indivíduo por um ou outro sexo. A última palavra cabia ao perito: era ele quem tinha o conhecimento e a autoridade para dizer qual era, afinal, o sexo da pessoa por ele examinada, independente de sua vontade e escolha.

A discussão sobre o hermafroditismo lança algumas luzes sobre o significado do debate científico em torno do sexo e das diferenças sexuais que teve início por volta da metade do século XVIII nos principais centros de produção intelectual e científica da Europa. Homens como Isidore Saint-Hilaire e seus colegas naturalistas faziam parte de uma tradição científica na qual o sexo passou a ser uma categoria ontológica, a designar diferenças naturais entre plantas, animais e seres humanos. Para entender como o sexo passou a ser um princípio organizador dos seres vivos, será necessário recuarmos para o período anterior ao Iluminismo, para uma época em que o sexo era um epifenômeno e as palavras e imagens não tinham uma relação de representação com as coisas.

Segundo Laqueur (1992), até a época da constituição da ciência biológica predominava um modelo teórico sobre o corpo humano no qual o que hoje chamamos de diferença sexual era percebido em termos hierárquicos

e explicado por princípios cósmicos. É o que o autor chama de modelo do sexo único ou das homologias sexuais. As origens deste modelo estão nos escritos de Aristóteles e principalmente nos de Galeno, cuja influência na medicina foi marcante até a Revolução Científica no século XVII.

Para Galeno, os corpos feminino e masculino eram a expressão de uma ordem natural e hierárquica que organizava o cosmos e o mundo dos seres vivos. Em seus textos e nos de Aristóteles, os seres humanos ocupavam o topo da grande cadeia dos seres vivos, baseada no princípio do calor vital. Aristóteles havia estabelecido uma organização hierárquica dos fluídos fundamentada no calor e Galeno reproduziu esta antiga teoria de que os seres quentes e vivos eram mais perfeitos.<sup>6</sup>

A interpretação dada por Aristóteles e depois por Galeno é que no ápice da cadeia dos seres vivos estava o homem, por sua natureza quente e seca, seguido da mulher, hierarquicamente inferior por ser considerada mais fria e úmida. Neste pensamento, cuja vitalidade é assombrosa, o que diferenciava o homem da mulher não eram as características sexuais do corpo, mas uma noção de perfeição baseada no calor vital. O corpo feminino era a expressão da imperfeição porque seus órgãos sexuais eram invertidos, por não ter calor suficiente para exteriorizá-los como o homem. Assim, foi construída uma poderosa imagem do corpo feminino que perdurou até mesmo no século XIX, época do predomínio das idéias sobre as diferenças radicais entre os sexos: é a imagem da mulher imperfeita – a versão imperfeita do homem, tomado como medida e padrão da perfeição humana e de todos os seres vivos.<sup>7</sup>

De acordo com a análise que Laqueur (1992) faz desse modelo só havia um sexo, o masculino, e as diferenças que realmente contavam nas relações sociais entre homens e mulheres eram as diferenças de gênero. Os corpos não eram determinantes, mas ilustrativos, expressões de princípios cósmicos que dividiam coisas e seres em masculinos e femininos.<sup>8</sup>

Um bom exemplo da predominância do sexo único é o vocabulário antigo utilizado para referir-se aos órgãos sexuais. Como tudo que havia no corpo do homem havia no corpo da mulher, seus órgãos sexuais eram denominados da mesma forma que os órgãos sexuais masculinos. A vagina era um pênis invertido, os ovários eram os testículos femininos e, com algumas variações, até o útero era entendido como uma versão interior dos testículos. Esta aparente despreocupação em nomear as coisas se explica tendo em vista a ausência de interesse por parte dos médicos e filósofos



antigos pelo que nós consideramos importante na diferenciação sexual: diferenças físicas observáveis. Para homens como Aristóteles, o que contava era a diferença entre ser ativo e passivo, ser quente e frio; ou seja, as diferenças entre homens e mulheres na vida social não tinham justificativas na natureza ou no sexo, ao contrário, seus corpos é que eram vistos como expressões de uma realidade estável na qual o elemento masculino era dominante e tomado como medida para todas as coisas.

Esse modelo atravessou os séculos e, mesmo com a renovação dos estudos anatômicos no Renascimento, as diferenças sexuais continuaram a ser vistas a partir das analogias. A ausência de vocabulário próprio para os órgãos genitais femininos perdurou ainda nos manuais de anatomia, apesar das observações mais detalhadas resultantes das dissecações. A continuidade do modelo do sexo único, em uma época em que a verdade sobre o homem não estava mais associada somente à tradição escrita, mas ao corpo aberto no teatro da dissecação, não deve ser entendida em termos de ignorância ou de misoginia, embora ambas existissem e exercessem seu papel. Havia, por um lado, dificuldades políticas e doutrinárias enfrentadas pelos mestres anatomistas. Na mesma época em que a anatomia começava a conhecer maior desenvolvimento nas universidades italianas, desde o *Quattrocentto*, a Igreja continuava a exercer um controle muito rígido sobre a produção do conhecimento e a prática da medicina. As dissecações eram proibidas desde a Antigüidade, durante a Idade Média e o início do Renascimento, as interdições papais com respeito ao uso dos cadáveres eram dificilmente contornadas, fazendo com que os anatomistas recorressem a práticas escusas para obter seus objetos de estudo.<sup>9</sup> Outra dificuldade encontrada é que os corpos legalmente disponíveis eram, na sua maioria, do sexo masculino. Com algumas exceções, os corpos dos sentenciados à morte podiam ser dissecados e, como geralmente um número maior de homens era executado, a disponibilidade de dissecar corpos masculinos sempre fora maior.<sup>10</sup>

Apesar dessas dificuldades, elas por si só não explicam por que os anatomistas continuavam presos aos modelos do sexo único mesmo observando as diferenças entre os sexos na prática da dissecação. A explicação para tal descompasso entre o que era visto e o que era representado nos textos e nas ilustrações está na política cultural da representação, na relação entre representação e realidade.

O fato de os órgãos sexuais femininos continuarem sem denominação específica e serem definidos a partir da analogia com os órgãos masculinos

indica que, para os anatomistas do século XVI, a realidade dos órgãos e a materialidade do corpo estavam ancoradas em um esquema mental, em um sistema conceitual preexistente: o modelo das homologias sexuais. De acordo com Laqueur (1992: 66), a história da anatomia renascentista

sugere que a representação do homem e da mulher é dependente da política cultural da representação e da ilusão e não da evidência de órgãos e vasos sanguíneos. Nenhuma imagem verbal ou visual dos fatos da diferença sexual existe independente das exigências sobre o significado de tais distinções.

Portanto, por mais que os anatomistas vissem as diferenças, elas não tinham significado. É por isso que até o século XIX alguns órgãos sexuais femininos continuaram a ter a mesma denominação dos órgãos masculinos e, no caso dos hermafroditas, aceitava-se a escolha do indivíduo, já que era o corpo que precisava adequar-se ao comportamento, ou, em outros termos, o sexo ao gênero, e não como passou a ser na época de Debay, quando o sexo tornou-se determinante do comportamento.<sup>11</sup>

As representações anatômicas da diferença sexual indicam que um conhecimento novo como a anatomia seiscentista, baseada no olhar, utilizava esquemas mentais ou modelos representativos antigos para tornar o que era novo reconhecível, familiar. Um excelente exemplo da dinâmica dessas representações anatômicas são as ilustrações do corpo feminino. Entre os médicos e filósofos da época de Vesalius e Matteo Colombo prevalecia a idéia da imperfeição ou da incompletude do corpo feminino. Diante de uma estrutura anatômica nova como, por exemplo, o clitóris, os anatomistas utilizaram o seu esquema conceitual para representá-lo. Este novo e desconhecido órgão foi visto como um pênis, uma estrutura análoga ao modelo anatômico do corpo masculino.<sup>12</sup>

De acordo com Gombrich (1986), as representações pictóricas são indicativos de que não há um olhar puro sobre a realidade, ela é observada através de lentes ou esquemas conceituais. Portanto, as representações de formas desconhecidas obedecem sempre a um desejo de conformar e de assimilar a forma nova aos esquemas ou modelos de quem vai descrevê-la ou representá-la.<sup>13</sup>

Segundo essa análise, pode-se concluir que a anatomia nada mais fez do que reiterar a idéia da supremacia do homem, tomando-o como modelo da estrutura do corpo humano e tratando a diferença sexual em termos de imperfeição. As representações anatômicas da época demonstram como havia poucas ou tênues relações entre anatomia e sexo, sendo estas

um conhecimento informado e conformado pela força das idéias e das convenções sociais de gênero e não pelos fatos da biologia.

O modelo de conhecimento sobre o corpo fundado no gênero e não no sexo foi gradativamente substituído pelo novo modelo das diferenças sexuais que começou a ser formulado no início do século XVIII, quando o corpo passou a ser um novo campo de redefinição das relações de gênero e a ciência voltou-se para a Natureza em busca das explicações a respeito das diferenças humanas.

Para a filosofia e o pensamento político liberal, as bases para a organização política e o estabelecimento dos *mores* estava na Natureza, só que esta era entendida como um princípio de dupla face. Se, por um lado, a filosofia defendia a dignidade natural dos seres humanos, sustentando os argumentos em favor da liberdade e da igualdade; por outro, utilizava-se das mesmas leis naturais para justificar as desigualdades sociais ao afirmar que a Natureza não era uniforme e que a existência de diferenças naturais entre os seres humanos podia explicar o motivo pelos quais alguns eram mais aptos a assumir responsabilidades, a explicar as coisas e a comandar, enquanto outros, por um impedimento natural, estavam destinados a obedecer, a serem explicados e a se subordinarem. É, portanto, no interior desta formulação filosófica a respeito da natureza humana que as investigações científicas sobre o sexo e a raça passaram a ser realizadas com maior constância e a adquirir um caráter profundamente ideológico.<sup>14</sup>

Evidentemente, o materialismo científico e o ceticismo foram fundamentais na formulação de conhecimentos a respeito das diferenças humanas. Contudo, estas tornaram-se visíveis porque adquiriram um significado político; ou seja, o que aqui se defende é que não se pode atribuir ao progresso da ciência a ‘descoberta’ das diferenças humanas, ao contrário, tais diferenças foram produzidas no interior dos embates políticos, dos enfrentamentos de problemas de ordem social e política para os quais a solução foi procurada na Natureza.

A mudança de enfoque das diferenças hierárquicas entre homens e mulheres para as diferenças físicas irreduzíveis – que assumiram, por sua vez, significados políticos importantes na reorganização das relações de gênero – foi contemporânea aos debates que envolveram homens e mulheres intelectualizados dos séculos XVII e XVIII a respeito dos direitos civis das mulheres.

Para os intelectuais que defendiam a causa das mulheres, as desigualdades se originavam na própria sociedade, na falta de oportunidades

iguais para ambos os sexos. Já para os intelectuais que procuravam justificar a ordem social fundada nas desigualdades de gênero, a questão não se colocava na sociedade, mas nas leis inexoráveis da Natureza: as mulheres eram inferiores aos homens porque eram menores, mais frágeis, mais sensíveis e mais sujeitas aos imperativos da sua natureza sexual. Homens e mulheres eram, segundo esta interpretação, radicalmente diferentes em sua constituição física e intelectual, e esta diferença era irreduzível – estava inscrita nos corpos, ou seja, nos corpos sexuados de homens e mulheres.<sup>15</sup>

Como bem expressou Badinter (1985: 10), “a diferença não convive bem com a igualdade” e, nesse sentido, os cientistas deram sua contribuição ao debate, procurando e classificando as diferenças sexuais, sendo os primeiros a sustentar empiricamente a ‘natural’ relação entre o sexo feminino, sua inferioridade biológica e sua subordinação política.

Ser homem e ser mulher passou a ser uma determinação física, uma realidade comandada pela diferença dos corpos. A diferença já não era restrita aos órgãos sexuais e mesmo estes passaram a ser vistos e descritos como completamente diferentes. Após a segunda metade do século XVIII, o vocabulário começou a ser específico para os órgãos genitais masculinos e femininos, embora ainda perdurasse o vocabulário da homologia sexual no discurso médico até o final do século XIX. A partir de então, as ciências biológicas, encabeçadas pela anatomia e a fisiologia, lançaram-se na busca das diferenças sexuais que deviam fundamentar e justificar as desigualdades de gênero na vida pública e privada.

Durante os séculos XVIII e XIX houve uma grande produção científica a respeito do sexo. Percorreu-se cada detalhe com a finalidade de encontrar as evidências da diferença sexual, demonstrando a especificidade do corpo feminino, tido então como o corpo diferente. O método era comparativo. Para cada órgão, os anatomistas estabeleciam comparações de tamanho, forma, volume e peso, entre homens e mulheres, porque o sexo não estava restrito aos órgãos sexuais, mas penetrava cada osso, nervo, músculo, veia e órgão dos corpos.

A anatomia setecentista forneceu o modelo de investigação para a ciência sexual. As primeiras ilustrações anatômicas do esqueleto feminino apareceram na década de 1730. Embora os anatomistas estivessem preocupados com a exatidão de suas observações, os esqueletos femininos eram desenhados a partir de uma convenção, de um conceito de feminilidade

que informava o cientista. As representações do esqueleto feminino produzidas nessa época e no início do século XIX eram objetivações, isto é, materializações dos conceitos de feminilidade, como a fragilidade física, a beleza e a delicadeza na figura de esqueletos com crânios pequenos, ossos mais finos e pélvis bastante largas, para evidenciar a 'natural' função da mulher: a maternidade.

Os fisiologistas não se furtaram ao debate. Com o desenvolvimento da química, passaram a medir o volume de gases consumidos pelos corpos e a quantidade de elementos químicos presentes no sangue, sempre estabelecendo comparações; a feminilidade estaria associada à falta de um elemento químico considerado importante ou ao excesso de outro que seria indicativo de fragilidade ou inferioridade física. A diferença sexual não era encontrada somente na estrutura física, mas também na química do corpo (Schiebinger, 1987).

Contudo, o sexo como categoria da diferença não teve seu uso restrito às investigações sobre o corpo humano, passou a ser também um princípio organizador da natureza dos outros seres vivos. A botânica e a zoologia do século XVIII igualmente se utilizavam do mesmo esquema conceitual das diferenças sexuais para classificar plantas e animais, elegendo o sexo ou certas características sexuais para inventariar os seres vivos e estabelecer seu lugar em uma ordem natural.<sup>16</sup>

Para onde olhavam, os homens da ciência do século XVIII só viam um avolumar-se de diferenças, fosse entre os minerais, fosse entre as plantas e os animais, fosse entre os seres humanos. Entre estes, a nova ciência biológica do sexo mostrava como homens e mulheres eram diferentes e como as diferenças físicas e até mesmo químicas eram determinantes na vida social de ambos. Fortalecia-se a convicção de que à forma correspondia a função, só que este princípio anatomofisiológico, ao ser ressignificado socialmente, estabelecia uma relação indelével entre o corpo e os papéis sociais. No entanto, as diferenças humanas não se restringiam ao sexo. Na mesma época, os naturalistas davam os primeiros passos para explicar as diferenças raciais, constituía-se um outro conjunto de discursos científicos voltados para a questão da variação humana.

A unidade humana foi a base da formulação dos discursos a respeito da diferença entre animais e seres humanos. Bipedalismo, linguagem e a faculdade da razão eram características exclusivas dos seres humanos e passaram a ser interpretadas como um sinal da superioridade em relação aos animais. Os discursos científicos tiveram, ao formular teorias sobre

as diferenças raciais, o importante papel de justificar as práticas de dominação existentes.

O racismo parte da constatação de que os grupos humanos são diferenciados fisicamente; assim como nas espécies animais, havia características físicas distintas nos humanos, como nas raças. A princípio, as diferenças físicas eram apenas um dado, só que, para os naturalistas, presos ao materialismo e ao determinismo, o físico tinha uma relação fundamental com a moral, uma relação de determinação, como havia entre sexo e gênero. Como corolário desse materialismo, definiu-se uma escala de valores em que as diferenças raciais estavam organizadas, ou melhor, classificadas hierarquicamente a partir da seleção de certas características físicas e culturais, como a cor da pele, os cabelos, a forma física, os costumes e a organização política.

Para os filósofos e naturalistas, a classificação das raças humanas obedecia ao critério da comparação, para o qual o homem branco europeu era tomado, *a priori*, como a norma e a medida do desenvolvimento humano, assim como a cultura européia era considerada a máxima expressão da civilização. Dessa forma, há que se concordar com Todorov (1993) quando ele diz que, nesse contexto, toda a diferença é sentida como falha. Assim, o naturalista forneceu argumentos irrefutáveis para práticas políticas de dominação, como a discussão em torno da legitimidade da escravidão ou a idéia de que alguns povos não eram desenvolvidos suficientemente para conduzir suas vidas e precisavam ser guiados pelos 'civilizados'.<sup>17</sup>

No amplo empreendimento intelectual de inventariar as diferenças humanas, a ciência sexual e a ciência racial compartilharam dos mesmos princípios, utilizaram os mesmos métodos e chegaram a conclusões muito semelhantes, tanto que, freqüentemente, usavam o recurso narrativo da analogia, empregando metáforas sexuais e raciais, para fazer referência aos seus respectivos objetos. Sexo e raça passaram a ser categorias biológicas cada vez mais inter-relacionadas no discurso científico do final do século XVIII em diante, numa nítida resposta da comunidade científica às pressões sociopolíticas colocadas pela questão das desigualdades de gênero e pelo colonialismo. Conforme Pierucci (1999), o final do século XVIII foi pródigo na produção das diferenças, especialmente por parte do discurso de intelectuais conservadores. Procedeu-se, portanto, inventariando as diferenças para, posteriormente, nos embates políticos, rejeitá-las no interior de formulações discursivas sexistas e racistas.

Um campo privilegiado da ciência biológica que nos ajuda a entender como sexo e raça passaram a ser análogos é a anatomia. Vesalius já havia trabalhado com a anatomia comparada no seu livro de 1543, fazendo um estudo dos crânios de cinco raças humanas;<sup>18</sup> cirurgiões e viajantes traziam vários relatos dos povos exóticos dos confins do mundo; os europeus dos séculos XVI e XVII já tinham contato com africanos e indígenas do Novo Mundo, sendo alguns deles levados para as cidades européias e transformados em verdadeiras peças de coleções dos naturalistas, como o eram as plantas e os animais exóticos.<sup>19</sup> Portanto, no início do século XVIII já havia um corpo razoável de conhecimentos anatômicos a respeito das diferentes raças humanas a partir do qual os anatomistas desenvolveram seus estudos.

Ante uma considerável massa de informações, os anatomistas organizaram os dados disponíveis para estabelecer quais as diferenças físicas que realmente eram importantes; quais estruturas eram fundamentais na diferenciação entre as raças humanas. Há uma grande variedade de estruturas passíveis de comparação, como a presença de barba nos homens e a beleza física nas mulheres, por exemplo, mas os anatomistas escolheram o esqueleto como a estrutura mais importante na diferenciação racial.

Da mesma forma que viam no esqueleto os sinais da diferença sexual, representando o esqueleto pequeno e frágil das mulheres em oposição ao esqueleto grande e forte dos homens, os anatomistas também encontraram os sinais das diferenças raciais, especialmente no crânio. Em 1786, Petrus Camper escreveu uma dissertação dizendo que pelo tamanho do crânio podia-se entender as diferenças entre brancos e negros e as proximidades anatômicas entre estes e os símios.<sup>20</sup> Camper e outros craniologistas acreditavam, como bons materialistas que eram, que o tamanho do crânio tinha relação direta com o grau de inteligência, já que o crânio alojava o cérebro e este era considerado a sede da razão.

Schiebinger (1994) explica que os craniologistas usaram as medidas cranianas de indivíduos do sexo masculino para fundamentar suas teorias raciais porque a razão era considerada um atributo masculino. Isso explicaria o motivo pelo qual os estudos racialistas, na sua maioria, faziam comparações entre os homens de raças diferentes, sendo pouco comuns as comparações raciais entre as mulheres. Estas existiram só a partir de 1830 e em um número pequeno, mas nunca tiveram a importância que as comparações dos crânios alcançaram no discurso racialista. Geralmente, quando as comparações raciais entre as mulheres eram feitas, a observação

recaía sobre estruturas e características associadas à sexualidade, como os seios, o desejo sexual mais ou menos acentuado, o tamanho do clitóris e, principalmente, o tamanho da pélvis.

São poucos os exemplares destas comparações sexo-raciais e quando vinham a público era para reforçar estereótipos, como a lascívia e a perversão das mulheres negras, como ilustra muito bem o caso de Sarah Bartmann, uma jovem mulher hotentote, que, ‘descoberta’ por um naturalista, foi levada a Europa, exposta como um espécime das raças negras e, por fim, após sua morte, dissecada por um dos mais eminentes cientistas da época, Curvier:

A memória escrita por Curvier sobre Sarah Bartmann revela a dinâmica de raça e gênero na ciência do início do século XIX. Seu interesse pelo corpo desta mulher sul-africana centralizou-se na sexualidade; nove das dezoito páginas são reservadas à genitália de Bartmann, aos seios, às nádegas e à pélvis. Só um breve parágrafo a respeito de seu cérebro. Nos dois relatos – de sua raça e de seu sexo – Bartmann foi relegada ao mundo brutal da carne. (Schiebinger, 1994: 172)

A pélvis feminina representou, para o discurso racialista, o mesmo papel que o crânio masculino teve nas comparações entre brancos e negros. Acompanhando as transformações ideológicas a respeito da mulher e a crescente invasão dos médicos em domínios até então exclusivos das mulheres, como a obstetrícia e as doenças femininas, os anatomistas escolheram a pélvis como o índice anatômico da feminilidade. Esta divisão de gênero atravessava a anatomia racial, ao estabelecer no corpo as estruturas masculinas e femininas que seriam indicativas das diferenças raciais.<sup>21</sup>

Embora homens negros e mulheres brancas européias fossem muito bem diferenciados culturalmente, quando pensados como categorias biológicas, as similaridades entre estes dois grupos se acentuavam e eles passavam a interagir no conhecimento novo que era produzido. É assim que se pode entender como as mulheres foram comparadas aos negros a partir do tamanho do crânio, ou como os negros foram considerados representantes de raças do tipo ‘feminino’, porque eram entendidos como menos racionais e mais emotivos.

Exemplos como estes mostram como funcionou a dinâmica do gênero e da raça na formulação do conhecimento científico sobre as diferenças humanas. Partindo do princípio de uma hierarquia natural baseada no desenvolvimento físico, o sexo e a raça passaram a ser medidos, pesados e comparados tendo como padrão de normalidade o corpo do homem branco



européu. Como todos os índices sexuais e raciais eram inferiores àqueles do padrão, concluiu-se que mulheres e homens de cor negra e mulheres brancas eram, apesar das diferenças culturais e raciais, ‘naturalmente’ inferiores e imaturos; justificou-se, assim, a manutenção das desigualdades sociais e a legitimação do poder no interior da sociedade européia, inclusive nas relações coloniais.

No século XIX, os estudos sobre sexo e raça se intensificaram e ocuparam boa parte dos interesses dos pesquisadores. Craniologistas, patologistas e anatomistas continuaram suas investigações sobre as raças, procurando sempre por um indício mais indelével e confirmador das hierarquias raciais. Em contrapartida, médicos e cientistas não cessaram suas buscas a respeito das diferenças sexuais, especialmente a respeito das diferenças do corpo feminino, cada vez mais percebido e representado como o corpo diferente, formulando o conhecimento necessário para subsidiar outros discursos igualmente interessados na mulher e na sua diferença.

## A Alteridade Feminina: ciência e cultura nos séculos XVIII e XIX

A produção historiográfica relativa à história das mulheres e da sexualidade mostra como a mulher e a sua sexualidade foram objeto de uma vasta produção discursiva entre os séculos XVIII e XIX. As fontes são muito diversificadas, mas um grande número delas revela a preocupação dos cientistas e dos homens cultos da época em entender a especificidade feminina, ou melhor dizendo, a natureza da mulher, para formular seus discursos a respeito das relações sociais entre homens e mulheres, definindo seus lugares e estabelecendo seus papéis.<sup>22</sup>

Embora o interesse pela mulher e sua diferença sexual crescesse e chamasse a atenção de um público letrado diversificado, os médicos desempenharam um papel de destaque nessa reflexão. Especialmente no século XIX, foram inúmeras as publicações médicas sobre o corpo feminino que procuravam explicar a singularidade de sua anatomia e fisiologia, prescrever condutas por meio da higiene e classificar as doenças que lhe eram específicas, indicando as respectivas terapias. Multiplicaram-se os tratados e manuais médicos sobre a natureza feminina, alguns alcançando mais de 30 edições, demonstrando uma incrível continuidade de idéias e práticas médicas. Ao longo do século XIX este interesse se intensificou até constituir-se um campo específico da medicina especializado na mulher: a ginecologia.<sup>23</sup>

É também nesse período que foram produzidos estudos mais objetivos a respeito da reprodução, tanto no campo da embriologia quanto no da obstetrícia, com o desenvolvimento da anatomia patológica e da prática de autópsias em mulheres grávidas ou em natimortos. Com isso, a medicina parecia estar desvendando segredos ou, na hipótese mais aceita, derrubando velhas superstições e desfazendo fantasias comuns à cultura erudita e popular associadas ao corpo feminino, como os partos monstruosos ou antinaturais e a influência da imaginação da mulher sobre a formação do feto, entre outras.<sup>24</sup>

A principal diferença entre os tratados e manuais publicados entre os séculos XVIII e XIX e aqueles produzidos em épocas anteriores encontra-se na preocupação em definir a especificidade feminina a partir de critérios objetivos fornecidos pelas ciências biológicas, como a anatomia, a fisiologia e a craniologia, estabelecendo assim, um novo discurso, mais objetivo e imparcial, distante, portanto, das superstições e da imaginação tão presente nos tratados antigos de obstetrícia, nos quais o conhecimento era muito mais teórico e confirmador de tradições do que resultado da observação guiada pelos métodos e técnicas da ciência. De acordo com Jean Pierre Peter (1981: 80),

a mulher era, para a medicina, como um território a conquistar. Além de conhecer, descobrir. Universo espantoso, desconcertante, cheio de armadilhas e surpresas. Frente às questões a respeito da natureza humana que a medicina devia colocar e esclarecer, como 'o que é o Homem', se acrescenta e se substitui por outra mais polêmica: O que é a mulher?

Para responder a esta questão, os médicos escreveram muito. Dentre eles se destaca Pierre Roussel e o seu famoso tratado *Du Système Physique et Moral de la Femme*, publicado em 1775, uma das mais importantes referências do final do século XVIII sobre o assunto. Roussel foi o primeiro médico iluminista a defender a especificidade da natureza feminina. Seu sistema consistia em definir o sexo, o corpo e a alma feminina como um todo homogêneo radicalmente diferente do homem. Para Roussel e seus contemporâneos, como Moreau de la Sarthe e Julian Joseph Virey, igualmente autores de livros sobre a mulher, esta tinha um papel social e uma função moral bem definidos devido à organização de sua natureza. Embora não fosse igualitário e muito menos feminista, Roussel não pode ser chamado de misógino, pois não tirou nenhuma conclusão sobre a inferioridade feminina. Sua conclusão foi o reconhecimento da diferença

feminina em relação ao homem e, influenciado por Rousseau, estabeleceu a relação entre a especificidade do corpo feminino e a função social da maternidade.

Segundo Yvonne Knibiehler (1976), médicos como Roussel, Moreau e Virey foram representantes de um discurso de caráter mais filosófico e literário da medicina, muito influente até a época da medicina clínica e experimental da metade do século XIX. Nos textos desses médicos, a autoridade ainda repousa mais na tradição intelectual do que na observação dos fatos. No entanto, são deterministas, como se observa pelos próprios títulos de seus livros, ao defenderem a tese de que corpo e moral exerciam simpatia mútua e, no caso da mulher, estavam organizados de tal forma para cumprir a finalidade da maternidade.

A 'descoberta' das diferenças sexuais pelas ciências biológicas contribuiu para a reabilitação de um órgão exclusivo das mulheres que acabou se tornando um verdadeiro fetiche nos discursos médicos: o útero. Não mais visto como similar aos testículos, o útero ganhou um significado muito importante para os médicos iluministas. Este órgão era a prova que eles constantemente evocavam de que a Natureza não havia criado um ser imperfeito, como pensavam os antigos, mas confiado às mulheres a missão de gerar e de dar à luz; desse modo, o útero, portanto, estava intimamente associado ao papel social que os rousseauístas tanto defendiam para a mulher: ser mãe.<sup>25</sup>

Nas definições iluministas da mulher, o determinismo biológico e a centralidade do útero são partes indissociáveis. Homens como Diderot, por exemplo, contemporâneo de Roussel e de outros médicos que tanta tinta gastaram sobre o 'outro sexo', contribuíram para a divulgação da mulher-útero, ao afirmar que este órgão não era apenas a 'matriz', o órgão da feminilidade, mas um verdadeiro tirano das entranhas que comandava toda a economia do corpo feminino e suas emoções. Segundo Diderot (1991), "a mulher traz dentro de si um órgão susceptível de terríveis espasmos, que dispõe dela e que suscita em sua imaginação fantasmas de todo tipo. (...) é do órgão próprio de seu sexo que partem todas as suas idéias extraordinárias".

O determinismo de Diderot estava de acordo com todo um conjunto de saberes anatômicos e fisiológicos que afirmavam estar no corpo as marcas da diferença sexual, especialmente no corpo feminino, um novo campo de significados acessível à observação meticulosa do médico-anatomista.<sup>26</sup>

Mas o útero podia ser uma fonte inesgotável de doenças. Este é o outro lado da definição iluminista da natureza feminina. O final do século XVIII inaugura a época das doenças uterinas. Não que elas não chamassem

a atenção dos médicos antes – afinal há registros sobre as doenças uterinas desde a época de Soranos no século II –, mas passaram, doravante, a fazer parte da definição ambígua da mulher, porque ambígua era a sua natureza. Foi com o discurso iluminista sobre a importância do útero que começou a ser esboçada uma imagem da mulher que vive no limite entre a fisiologia e a patologia, entre a norma e o desvio.

O estudo das doenças uterinas consome o tempo de muitos doutores munidos do saber anatômico e imbuídos das idéias a respeito da natureza feminina, que procuraram conhecer a origem dos males da ‘matriz’ e a sua cura, para que a mulher desempenhasse bem o seu papel. Desde a Antigüidade os médicos procuravam responder às queixas femininas a respeito de problemas menstruais, dores abdominais e os incômodos corrimentos. A maior parte dos problemas ginecológicos era, desde os tempos de Hipócrates, associados ao útero, fosse por suas ‘andanças’ no corpo, causando sufocações, fosse por sua natureza nervosa e passível de agitações que podiam provocar as doenças, como a mais famosa delas, a ninfomania ou furor uterino.<sup>27</sup>

A discussão em torno da ninfomania, presente em vários textos médicos do final do século XVIII, contribuiu para a construção da definição patológica do corpo feminino que perdurou até o final do século XIX, quando o corpo da mulher, representado pelo útero, podia reagir às impressões externas, provocando estados mórbidos. Até meados do século XVIII os médicos ainda prescreviam terapias visando ao equilíbrio humoral de suas pacientes ninfômanas, mas a partir de então, apoiados na idéia de que o corpo e a moral interagiam mutuamente, as terapias associavam tratamentos localizados, como sangrias, purgantes, dietas alimentares e banhos, a tratamentos de natureza moral, proibindo leituras de romances, reuniões íntimas com amigas, para evitar conversações sobre paixões que pudessem despertar a imaginação, além de bebidas alcoólicas e alimentos muito condimentados que excitassem o sangue.<sup>28</sup>

Mas a busca das causas morais não estava restrita à ninfomania, sendo comum a etiologia moral para outros problemas ginecológicos. Até meados do século XIX os médicos ainda estavam preocupados em saber o que faziam e sentiam as suas pacientes. Bienville (1996) havia estabelecido em seu tratado sobre a ninfomania que o diagnóstico correto dependia da atenção minuciosa do médico não somente às alterações físicas, mas ao comportamento da paciente, por isso, segundo o autor, era importante que o médico se tornasse uma pessoa de confiança a quem ela pudesse contar seus segredos.<sup>29</sup>

Como conjunto de saberes sobre a mulher, os livros de medicina dos séculos XVIII e inícios do XIX construíram uma imagem sexualizada, sintetizada pela frase latina que foi insistentemente citada pelos médicos: *tota mulier in utero*. Embora os estudos anatômicos e fisiológicos da época fornecessem informações a respeito dos ovários, o útero continuou a ser o órgão feminino por excelência, pelo menos até o século XIX, quando os estudos de ovologia e ginecologia elegeram os ovários como os órgãos determinantes da natureza feminina.<sup>30</sup>

A vida das mulheres passou a ser descrita como uma sucessão de fenômenos fisiopatológicos. Assim, se durante a infância nada apontava para diferenças consideráveis entre meninas e meninos, a não ser aquelas decorrentes da educação, após a puberdade, os médicos referiam-se a um verdadeiro universo feminino, totalmente à parte do mundo racional dos homens. No tempo e no espaço das mulheres o corpo era determinante. Um excelente exemplo dessa forma de pensar é dada por Diderot, em 1780, quando faz uma linha cronobiológica para explicar a especificidade da mulher. Da puberdade até a chegada da velhice todo seu ciclo vital é marcado por ‘incômodos’ mensais – a menstruação – dores, debilidade física, perda da beleza e da capacidade de conceber com a chegada da menopausa.

Para cada fase da vida da mulher parecia ficar mais evidente para os médicos a íntima relação entre fisiologia e patologia. Talvez o melhor exemplo dessa relação seja a menstruação. Este fenômeno foi explicado como uma espécie de purgação, resultado do excesso de sangue no corpo, até que no século XIX passou a ser associado à ovulação. Se a menstruação era vista como um fenômeno fisiológico específico das mulheres, em contrapartida havia todo um campo de estados mórbidos associados que confirmavam a imagem da mulher doente.<sup>31</sup>

A gravidez e o parto também foram considerados estados predisponentes a manifestações mórbidas. Os tratados de obstetrícia dos séculos XVIII e XIX dedicaram muitos capítulos aos problemas que ocorriam nos dois momentos, além do fato de que a obstetrícia tornou-se uma especialidade médica a partir da experiência dos cirurgiões em atender somente a partos complicados, o que explica o grande interesse pela patologia dos partos.

Tem-se, assim, uma construção ambígua da mulher presente nos mais diferentes discursos, cuja vitalidade alcança o século XX. Se a mulher podia ser uma fonte de bondade e de outras virtudes tão enaltecidas por

Rousseau e seus leitores, a mesma natureza física podia engendrar a maldade e o vício, a loucura e os comportamentos criminosos.

Dessa forma, criava-se uma imagem moralmente superior da mulher se o seu corpo cumprisse as funções sociais do casamento, da maternidade e da educação dos filhos, mas se a mulher não controlasse seus desejos e se entregasse ao mundanismo e ao desregramento, facilmente ultrapassaria a tênue fronteira entre a normalidade e a patologia, como tão incansavelmente os médicos vão alertar ao abordar temas como masturbação e prostituição.

Por mais paradoxal que possa parecer, o modelo de mulher produzido e divulgado pelos textos médicos e intelectuais durante o século XIX, nega o corpo, especialmente a sexualidade feminina, que deveria ser totalmente direcionada para a reprodução.<sup>32</sup> A ambigüidade deste modelo pode ser explicada pela reorganização das relações de gênero da nova sociedade burguesa européia. Se até meados do século XVIII as mulheres das classes mais elevadas e cultas tinham maior participação nas decisões sobre a vida doméstica e cultural, com a ascensão das classes médias, propiciada pelo desenvolvimento mercantil e industrial, a figura feminina passou a ter outro papel: o de guardiã moral da família. A nova moralidade burguesa, tão bem definida por Rousseau no *Emílio* (1762), tinha na mulher o seu principal sustentáculo, pois seguindo a ordem ‘natural’ das coisas, sendo o homem mais forte, ágil e inteligente, estava voltado para o mundo da política e dos negócios, enquanto a mulher, seu complemento natural, por ser mais fraca, passiva e emocional, deveria devotar-se ao espaço regenerador da alma masculina, o lar.<sup>33</sup>

Nesse novo mundo moral da família burguesa, a negação da sexualidade feminina era a contrapartida necessária para o bom desempenho de sua magna função moral de mãe e esposa. Ao escrever seus livros e tratados, os médicos tinham como modelo a mãe rousseuniana, cujo corpo fértil era determinante e, por isso, deveria ser saudável, mas completamente orientado nos seus ritmos biológicos para a maternidade.

No entanto, mesmo esta visão redentora da mãe com seu filho não estava isenta de inquietações. Por mais que os médicos e outros autores não especializados se esforçassem em entronizar a imagem dessexualizada da mulher-mãe, pairava sobre a maternidade a mácula da sexualidade, lembrada na gravidez, no parto, na própria amamentação e nas doenças das mulheres, pudicamente tratadas pelo médico iluminista que ainda não tocava nos castos corpos de suas pacientes. Os médicos e intelectuais

dividiavam-se quanto a esta ansiedade. Alguns acreditavam que a educação correta e bem orientada da menina, visando à boa formação moral e à contenção do corpo, iria resultar na mulher saudável, de caráter dócil e submissa ao seu esposo. Outros, contudo, desconfiados da natureza ambígua da mulher, temiam a sexualidade feminina e seus efeitos desestabilizadores para a família e a sociedade, seguindo uma longa e bem consolidada tradição misógina da cultura ocidental.<sup>34</sup>

Essas foram as duas grandes correntes do pensamento masculino a respeito da mulher, predominantes durante todo o século XIX, tanto no discurso científico e filosófico quanto na literatura, nas artes plásticas e nos textos de caráter sociológico, tão típicos da segunda metade do século. De Comte a Engels, de Michelet a Schopenhauer, de Flaubert a Zola, além da extensa produção médica que atravessa o século XIX, nunca se falou tanto da mulher, pelo menos não a tantas vozes. As figuras femininas presentes nos diferentes textos expressam o problema da definição da mulher para os homens cultos da sociedade européia, como bem observou Baudelaire (1996: 53-54):

O ser que é, para a maioria dos homens, a fonte das mais vivas e mesmo (...) dos mais duradouros prazeres; (...) esse ser terrível e incomunicável como Deus, (...) para quem e por meio de quem se fazem e se desfazem as fortunas, para quem, mas sobretudo a quem os artistas e os poetas compõem suas jóias mais delicadas; (...) a mulher, numa palavra, não é somente para o artista em geral, e para G. em particular, a fêmea do homem. É antes uma divindade, um astro que preside todas as concepções do cérebro masculino; (...) é o objeto da admiração e da curiosidade mais viva que o quadro da vida possa oferecer ao contemplador. É uma espécie de ídolo, estúpido talvez, mas deslumbrante, enfeitador, que mantém os destinos e as vontades suspensas a seus olhares.

É interessante notar como nessa definição Baudelaire arranja pares de oposição que sintetizam muito bem as diversas opiniões masculinas do século XIX a respeito da mulher. Ela é objeto de amor, mas, como a divindade, é incompreensível e controla os homens que lhe dedicam versos e riquezas; é uma entidade biológica, sem dúvida (a fêmea do homem), mas é um ídolo, um objeto de devoção; mesmo que pouco inteligente, é deslumbrante e onipresente nos olhares e no desejo masculino.

Divididos, os homens cultos escreveram a respeito da mulher em grande parte informados pelo discurso médico, que, ao longo do século XIX, ampliou consideravelmente seu alcance e sua autoridade, transformando o corpo feminino em um objeto de investigação científica e a feminilidade em um problema. Aos olhos dos intelectuais, os médicos

adquiriram um *status* privilegiado, espécie de oráculos científicos a respeito do enigma feminino, pois suas verdades estavam sob a chancela dos fatos observados nos laboratórios, nas salas de autópsia e na clínica junto à crescente clientela feminina que passou a confiar seus segredos e problemas aos médicos. Este saber acumulado e constantemente renovado ao longo de todo o século XIX não ficou restrito aos bancos das faculdades de medicina e às publicações especializadas. A escrita masculina a respeito da diferença feminina é um notável exemplo da apropriação do saber médico e científico pelos intelectuais envolvidos com a questão da mulher, traduzindo para o público leigo as descobertas dos doutores.

De posse dos mesmos dados os intelectuais construíram narrativas e representações se não opostas, pelo menos qualitativamente diferenciadas, ora enaltecendo as virtudes do corpo materno dessexualizado, ora salientando a diferença sexual feminina como um signo da inferioridade e da desordem. Um dos mais importantes autores da época e que tanta autoridade vai ter a respeito da definição da mulher é Jules Michelet. Mais conhecido como o grande historiador da França, Michelet teve uma outra produção intelectual voltada para temas variados como o anticlericalismo, a história natural, a crítica social, a família e a mulher. Sobre esta Michelet escreveu dois livros históricos, *Joana d'Arc*, que constituiu o tomo V da *História da França*, publicado em 1841, e *A Feiticeira*, lançado em 1862, e outros dois livros de caráter pedagógico-naturalista, *O Amor*, de 1858, e *A Mulher*, publicado em 1859. Estes últimos tiveram cinco edições até 1861. *A Mulher* vendeu, só no primeiro ano de publicação, 13.000 exemplares.<sup>35</sup>

Quando publicou *O Amor*, Michelet estava seriamente envolvido na missão de contribuir para a educação do povo e, como bom seguidor de Rousseau, via na família e na união conjugal a base da sociedade. Escrito numa linguagem sem rodeios, *O Amor* é um livro inspirado nas idéias sobre o papel moral e regenerador da mulher, mas também nas teorias biológicas a respeito da diferença radical desta como fêmea do homem. Dessa forma, Michelet encontrou na biologia e na medicina os conhecimentos necessários para construir o seu modelo de mulher. Apoiado nos recentes estudos sobre a ovulação que já estavam disponíveis ao público interessado, Michelet deteve-se na natureza feminina, especialmente nas condições físicas peculiares à mulher, entrando em detalhes de sua anatomia e fisiologia, detendo-se na menstruação e no seu papel fundamental na vida da mulher.



Embora tivesse um senso profundo da alteridade feminina, vendo homens e mulheres como seres completamente distintos, Michelet acreditava que através do amor ambos podiam se unir no casamento, defendendo a idéia da complementaridade sexual que foi tão bem aceita pelos intelectuais e cientistas envolvidos na questão. Adotando uma posição favorável à mulher, o autor acreditava na sua redenção através do amor e do casamento, ressaltando o papel da educação familiar na formação física e moral da mulher.

Em *O Amor*, Michelet define a mulher como um ser doentio devido aos imperativos da anatomia e da fisiologia, dizendo que mesmo em plena saúde ela ficava debilitada em torno de sete dias ao mês, estando, assim, recorrentemente ferida e necessitando de cuidados. O homem devia conhecer as origens da fragilidade física da mulher e cuidar dela, amá-la e colocá-la no altar do lar.

Estabelecidos o amor e o casamento como as bases para a sociedade, Michelet escreveu *A Mulher* para melhor definir seu papel, já que sua natureza havia sido objeto do outro livro. Como o lugar da mulher era o lar, o escritor começa o livro deplorando o trabalho feminino que tantos males podia causar à mulher e à sociedade; para ele, o corpo feminino não era adequado aos esforços físicos e nem podia ser submetido às condições muitas vezes insalubres dos locais de trabalho. Segundo o autor, o único trabalho admissível para as mulheres era o doméstico, ou melhor, aquele realizado no interior de seus próprios lares. Mesmo as profissões de governanta e professora não eram bem vistas por ele, pois a questão ressaltada era o fato de essas mulheres viverem sós, sem família, sem um homem que as guiasse e protegesse.

A mulher de Michelet é necessariamente submissa e dependente do homem. Comentando sobre a mulher culta e só, o escritor diz que, à vista do seu salvador, ela se humilha e confessa: preciso de um senhor. O papel do homem é transformar a mulher em 'Mulher', casando-se, tendo filhos e educando sua filha, esta sim, a criação do homem-pai, como explica o autor:

Com [a] boa esposa, associada, pelo menos de coração, à fé do marido, este, seguindo o caminho fácil da natureza, exercerá sobre sua filha uma incrível ascendência de autoridade e de ternura. A filha acredita tanto no pai! Cabe a ele transformá-la em tudo o que quiser. A força desse segundo amor, tão elevado, tão puro, deve formar nela a Mulher, o adorável ideal de graça na sabedoria, o único que possibilitará o recomeço da família e da própria sociedade. (Michelet, 1995: 48)

O papel formador e transformador do homem é essencial para a educação da mulher. Se educar o menino significava organizar uma força produtiva, criar um criador, educar a menina significava harmonizar uma religião. Michelet é o autor da frase que contribuiu para a divulgação do culto romântico à mulher-mãe, tão presente na literatura e nas artes plásticas da metade de século XIX: ‘a mulher é uma religião’.

Este culto adotou um modelo angelical e quase descorporificado da mulher, que recorria insistentemente às analogias entre mãe, santa, anjo e freira, exaltando o auto-sacrifício das mães na gravidez e no parto; o devotamento da santa-mãe ao lar, ao esposo e aos filhos; e o enclausuramento da mulher ao espaço da casa. Desenha-se, assim, com as mãos de Michelet, a imagem religiosa da mulher, tão bem representada pela Imaculada Conceição e pelas personagens dos romances e pinturas de temas associados à mitologia do culto à mulher.<sup>36</sup>

Embora a mulher de Michelet seja definida pelo corpo, ela não é nem a antiga figura médica ameaçadora da ninfomaníaca, nem a outra criatura do romantismo, a *femme fatale*. Ela é descendente da Virgem Maria e de outras madonas piedosas que povoavam as páginas dos livros de história de vidas de santas e de mulheres exemplares. Toda e qualquer ameaça é abafada ou, usando um vocabulário do século XX, sublimada pela sacralidade da maternidade. O corpo da mulher idealizada por Michelet é o corpo produtivo por excelência, o corpo normal, como definiam os médicos e biólogos contemporâneos da época; fonte da vida e do bem, como se pode observar na escultura “Maternité”, de Guibourgé, imagem reproduzida no século XIX e presente em nosso imaginário até os dias atuais (Figura 1).

Mas esta imagem positiva e reabilitada da mulher não foi predominante nos meios científico e cultural do século XIX. A outra corrente do pensamento masculino sobre a mulher, fortemente misógina, contestou a ‘religião da mulher’, utilizando-se também das verdades científicas sobre o corpo feminino, só que procurando revelar seu lado escuro, perigoso e ameaçador para o homem e a sociedade. Sai de cena a santa, entra a degenerada.

A reação ao culto à mulher foi bastante virulenta, sendo uma poderosa alavanca da produção cultural e científica da segunda metade do século XIX. A descoberta da sexualidade feminina foi uma das origens dessa reação, mas as teorias sociais e científicas que tiveram lugar na mesma época também desempenharam seu papel na constituição do pensamento misógino que tanta influência teve no debate a respeito do papel da mulher na sociedade

e nas justificativas contrárias às reivindicações feministas de autonomia e direitos políticos, debate este que envolveu mulheres, homens da ciência, médicos e intelectuais tanto na Europa quanto no outro lado do Atlântico.

Figura 1 – Maternité



Imagem de forte apelo visual, esta madona laica simboliza a natureza feminina em sua versão reabilitada pelo ato da amamentação.

Fonte: A. Noyer Éditeur, Paris, s.d.

Embora os livros mais importantes sobre a sexualidade tenham sido publicados nas últimas décadas do século XIX, o debate em torno da sexualidade feminina já vinha ocorrendo desde a década de 1860, na continuidade dos estudos sobre a reprodução.<sup>37</sup> Na verdade, a discussão não era especificamente sobre o comportamento sexual das mulheres casadas, a fim de saber se realmente elas eram insensíveis à paixão sexual, mas sobre as jovens mulheres, as adolescentes, cuja transformação de menina para mulher tanta ansiedade causou nos médicos e, por extensão, nos pais e professores.

Os tratados de higiene dedicaram muitas páginas a respeito da ‘metamorfose’ da jovem, cujo corpo passava por alterações drásticas que podiam comprometer a mente e o comportamento. Percebe-se uma oscilação nos discursos médicos entre o encantamento pelas transformações físicas, que tornaram o corpo feminino belo e gracioso, e o temor da sexualidade e dos males que ela poderia desencadear. Foi entre 1860 e 1870 que o tema da masturbação freqüentou os livros de medicina, sempre associado aos adolescentes, especialmente às mulheres, em um tom cada vez mais alarmista e moralista.

Seguindo uma tradição religiosa, os médicos revelaram os insidiosos hábitos privados das adolescentes, entregues ao ‘vício’ da masturbação, sozinhas ou com as amigas. Alertaram os pais e professores para que redobrassem a vigilância e admoestassem as meninas sobre a imoralidade e o perigo de tal prática para a saúde e a beleza. Em último caso, defendiam medidas mais drásticas como a contenção física, o uso de artefatos na região genital que deviam impedir a masturbação ou, como último recurso, intervenções químicas e cirúrgicas.<sup>38</sup>

Mas não eram apenas as adolescentes que se entregavam ao ‘vício’. Na sua crescente intervenção clínica e aumento da desconfiança em relação às mulheres, alguns médicos estavam cada vez mais convencidos de que a masturbação era uma verdadeira praga que atingia igualmente mulheres casadas e viúvas. Em um manual muito citado sobre a masturbação, que já estava na sétima edição em 1897, Dr. Puillet explicava para aqueles que ainda não tinham compreendido a extensão do mal, que bastava lerem os romances de Gautier e de Balzac para ver como as mulheres se entregavam ao ‘vício’ e eram dominadas pelo desejo sexual.

Livros como do Dr. Puillet revelaram uma imagem feminina muito diferente da ‘mulher ferida’ ou da mãe dessexualizada presente nos escritos

de Michelet. Crescia a convicção de que a mulher era dominada pelo sexo, ou melhor, pelo desejo sexual. Esta imagem é um desdobramento da especificidade sexual feminina, com a diferença de que o sexo passa a ser visto como determinante para a vida da mulher. Mesmo a mais casta esposa podia ser despertada para o sexo, pois era da natureza feminina as mais desenfreadas paixões, como pensavam os médicos e muitos outros homens que construíram a imagem hipersexualizada da mulher.<sup>39</sup>

Contudo, os argumentos mais poderosos contra a visão romântica da mulher não se sustentavam apenas nos escritos dos médicos que desconfiavam da natureza feminina, mas igualmente em uma nova e implacável teoria que mudou completamente a maneira de ver a Natureza e a história da humanidade. Trata-se do evolucionismo darwinista.

Antes de Darwin formular a teoria da evolução das espécies pela seleção natural, a idéia de evolução já era discutida nos meios científicos da Europa. A partir da metade do século XVIII, os estudos de botânica, zoologia e paleontologia colocaram em xeque o princípio da fixidez das espécies. Investigações no campo da anatomia comparada, especialmente, apontavam para um processo de transformação das espécies, embora as explicações para tal processo fossem ainda insuficientes. Toda uma nova concepção da Natureza estava nascendo dos estudos da geologia, da paleontologia e biologia, associando a evolução a um lento processo histórico de transformação da Terra e dos seres vivos.

Darwin conhecia bem essas discussões e informado por elas e pelas observações que fez na viagem que empreendeu a bordo do *Beagle*, a partir de 1831, começou a esboçar seu trabalho sobre as transformações das espécies. A leitura do ensaio de Malthus sobre a população certamente influenciou Darwin nas suas investigações, levando-o a formular a lei da evolução das espécies a respeito da luta pela sobrevivência dos mais aptos.<sup>40</sup>

Em 1859, Darwin publicou *A Origem das Espécies*, dando uma explicação para a evolução mediante o processo da seleção natural, um fenômeno físico, que derrubava, por sua vez, com a idéia da imutabilidade das espécies. Apesar das reações negativas, a teoria darwinista sobre a evolução foi muito bem aceita por ser histórica, materialista e otimista, qualidades muito valorizadas na sociedade burguesa, na qual a idéia de progresso estava diretamente associada ao sucesso econômico, ao enriquecimento e à expansão mercantil e industrial. Hubbard (1982) comenta que a concordância da teoria da evolução darwinista com o

liberalismo econômico foi observada por Marx e Engels (apud Hubbard, 1982: 23) alguns anos após a publicação de *A Origem das Espécies*: “É notável como Darwin reconheceu entre as plantas e os animais sua própria sociedade, com suas divisões de trabalho, competição, abertura de novos mercados, ‘invenções’ e a ‘malthusiana’ luta pela existência”.

Embora Darwin não tenha formulado seu conceito de seleção natural para explicar transformações sociais, é evidente que os termos e as expressões utilizadas, bem como as principais conclusões de sua teoria estavam impregnadas das idéias e valores produzidos por sua época, como bem percebeu Marx.

A idéia da sobrevivência do mais apto ou mais forte foi muito bem vinda para os teóricos sociais da segunda metade do século XIX. O conceito formulado a partir da observação de plantas e animais migrou para o universo das relações sociais, tornando-se um valioso instrumento para estudar as diferenças humanas e as transformações sociais que promoviam a evolução do homem.

Na verdade, a idéia da seleção natural pela sobrevivência dos mais aptos já havia sido antecipada por Herbert Spencer no livro *Estática Social*, publicado em 1850, no qual o autor justificava o comportamento individualista, competitivo e predatório da sociedade capitalista, dizendo que a extinção dos mais fracos era um mecanismo natural da sociedade. Portanto, quando Darwin divulgou sua teoria já havia um ambiente cultural e científico propício para a sua aceitação. O encontro entre a teoria darwinista e as idéias spencerianas resultou em uma doutrina muito divulgada no final do século XIX tanto na Europa quanto nos Estados Unidos: o darwinismo social.

Spencer transitava entre a teoria da evolução e a craniologia para fortalecer seus argumentos sobre as diferenças humanas. Para ele, a evolução era um processo de transformação do mais simples para o complexo, da homogeneidade para a heterogeneidade, portanto, quanto mais evoluída a sociedade, maiores as diferenças entre os homens. Se com essas idéias Spencer justificava a existência das classes sociais e das desigualdades entre os pobres e ricos, foi com os dados da craniologia que ele justificou o estágio mais evoluído dos brancos europeus.<sup>41</sup>

A teoria da evolução e a craniologia forneceram os argumentos e as justificativas científicas para as desigualdades sociais, raciais e sexuais na segunda metade do século XIX. O próprio Darwin aqueceu o debate em

torno das diferenças e desigualdades humanas ao publicar, em 1871, o livro *A Descendência do Homem* em que o conceito de seleção é relacionado ao sexo. Neste livro, além de estabelecer analogias entre raça e sexo, tão familiares à tradição cultural e científica, Darwin defendeu a idéia de que a competição masculina para conquistar a caça e as fêmeas fez com que o homem se desenvolvesse mais que a mulher, explicando, assim, a evolução sexual:

De maneira geral, admite-se que, na mulher, as faculdades de intuição, de percepção rápida e talvez de imitação são mais desenvolvidas que no homem; mas pelo menos algumas dessas faculdades são características das raças inferiores e, portanto, de uma etapa passada e inferior da civilização. A principal distinção entre os dois sexos em matéria de faculdades intelectuais é demonstrada pelo fato de o homem conseguir atingir, em tudo o que empreende, maior proeminência do que a mulher, quer isto requeira raciocínio profundo, razão, imaginação ou apenas o uso dos sentidos e das mãos. (Darwin apud Gould, 1993: 275)

Nesta breve mas significativa passagem estão expostos os principais elementos que compunham os discursos sexistas e racistas do final do século XIX, como as analogias entre mulheres e raças inferiores, hierarquias de raças e culturas e a inferioridade do sexo feminino.

A seleção sexual era um tema também presente em outro tipo de investigação: a craniologia. Um dos mais famosos craniologistas do século XIX, Carl Vogt, fez centenas de medições em crânios de mulheres e de indivíduos de outras raças para provar que ambos eram inferiores quanto ao tamanho e à capacidade intelectual. A mulher foi comparada aos 'selvagens' ou 'primitivos' porque, da mesma forma que estes tinham chegado em um nível de evolução inferior às raças brancas, a mulher também tinha estacionado na linha evolutiva, ficando mais próxima às raças inferiores e às crianças.<sup>42</sup>

De uma maneira geral, a imagem feminina criada pelo evolucionismo e pela craniologia, tão divulgada por médicos, antropólogos, sociólogos e outros especialistas nas diferenças sexuais, é uma imagem negativa e depreciativa. Há diferenças importantes entre os autores, sendo alguns mais otimistas ao acreditar no sentido progressista da evolução; mas havia uma corrente bastante forte no final do século que associava feminilidade à degeneração.

Essa corrente abertamente misógina encontrou adeptos não somente na ciência, mas em outros domínios da cultura, como vários autores que estudam a história cultural do século XIX vêm mostrando. A desconfiança em relação à mulher e a tudo associado à feminilidade estava na origem de

vários textos alarmistas que foram típicos do pensamento intelectual do fim do século passado. Bem distantes estavam aqueles homens das posições de Michelet e dos ‘adoradores de mulheres’, tão execrados por Schopenhauer. A ênfase do discurso misógino estava na divisão da espécie humana em dois sexos hierarquicamente desiguais. Diferentemente de Michelet e de outros defensores da mulher, os misóginos não acreditavam na complementaridade sexual e não viam nenhuma redenção do sexo feminino na maternidade. Esta era entendida como uma função natural, sem nenhum outro tipo de qualificação, a não ser produzir filhos.

Se esse pensamento trazia em germe as antigas representações ambíguas sobre a mulher, no contexto do final do século XIX ele tem outro significado: a mulher, ou melhor tudo que estivesse associado à feminilidade, podia despertar as forças da degeneração. Nem todos os evolucionistas eram otimistas; um importante movimento tomou corpo na época temendo a reversão no processo da evolução humana em direção à animalidade. Os intelectuais dessa linha de pensamento passaram a ver sinais da degeneração não somente nas chamadas raças inferiores, mas igualmente na sociedade moderna. Como os degeneracionistas eram profundamente reacionários, a maioria deles construiu uma imagem negativa da modernidade, associando-a à reversão e às idéias de declínio e esgotamento. As principais personagens deste cenário assombroso eram os pobres, os homossexuais, as prostitutas e as mulheres modernas – essas ‘aberrações’ que queriam usurpar o lugar dos homens e submetê-los ao seu poder.

Essa verdadeira paranóia masculina teve grande repercussão, como demonstra o acolhimento de alguns livros produzidos na época, escritos em tom muito alarmista, como *Degeneração*, de Max Nordau, publicado em 1893, e *Sexo e Caráter*, de Otto Weininger, de 1903 (Dijkstra, 1988: 212).<sup>43</sup> Este levou a misoginia ao extremo ao escrever um livro abertamente contrário às mulheres, apoiando-se na tradição intelectual e científica para destilar todos os preconceitos produzidos pelo pensamento sexista e racista. Weininger defendeu a superioridade natural do homem com base na teoria da evolução e na craniologia. Segundo sua interpretação da evolução, no homem predominava o cérebro, a capacidade da transcendência e das atividades do espírito, enquanto na mulher era o sexo, predominando somente o físico e a capacidade reprodutiva. Não faltaram no livro as analogias entre mulheres e raças inferiores, já bastante conhecidas pelo autor e por seus leitores.<sup>44</sup>



Suas idéias e de outros que pensavam como ele foram muito bem acolhidas no seio da cultura *fin-de-siècle*, em que a chamada ‘questão da mulher’ tomava cada vez mais o aspecto da guerra dos sexos. A presença feminina nas universidades, nos meios intelectuais, no trabalho e, maior heresia, na política, despertava a ira de homens como Weininger, que viam em cada reivindicação feminina uma ameaça à ordem social.

A idéia funcional da natureza feminina foi bem desenvolvida por um dos pensadores misóginos mais citados por médicos e intelectuais da época: Schopenhauer. Em um breve, mas significativo texto, o autor sintetiza as principais idéias e os preconceitos contra as mulheres na época, demonstrando sua total descrença quanto à possibilidade da evolução feminina. É muito difícil ler qualquer texto a respeito da mulher no final do século XIX que não tenha alguma citação ou referência às idéias de Schopenhauer, expressas em seu *Ensaio sobre as Mulheres*, publicado pela primeira vez em 1880.

Na sua definição da mulher, Schopenhauer lança mão de um dos mais poderosos clichês culturais da época que era a incapacidade intelectual do sexo feminino. Diz que seu aspecto físico é revelador de que seu destino não está associado aos trabalhos da inteligência, mas à reprodução da espécie e ao cuidado das crianças. Sua natureza não permitia esforços ou prazeres excessivos, sendo seu destino obedecer ao homem, apoiá-lo, cuidar das crianças e levar sua vida “silenciosamente, de forma insignificante e docemente” (Schopenhauer, 1900: 129).

A inclinação natural da mulher em cuidar dos outros era explicada pelo autor por sua natureza infantil, sendo a mulher uma intermediária entre a criança e o homem; assim, o autor reproduzia outra importante representação – a mulher-criança.

Schopenhauer não se curva nem ao mais destacado argumento favorável às mulheres: a beleza. Para ele, a beleza era um instrumento fornecido pela Natureza para a mulher conquistar o homem, sendo por isso tão realçada até a idade do casamento e da maternidade. Depois desta fase de conquista, a beleza não era mais necessária, pois já havia cumprido sua função.<sup>45</sup>

Mas os argumentos principais do autor a respeito da inferioridade feminina referem-se às diferenças intelectuais. Como bom evolucionista, Schopenhauer diz que os seres que se desenvolvem mais lenta e tardiamente são mais nobres e perfeitos. Trazendo este raciocínio para as diferenças sexuais, explica que pelo fato de as mulheres amadurecerem sexualmente

mais cedo – por volta dos 18 anos –, enquanto nos homens a razão e a inteligência só vão alcançar a plenitude aos 26 anos, elas permaneciam infantis durante toda a vida, sofrendo de uma miopia intelectual que as impedia de ter o pensamento racional e desenvolver o interesse pelas artes e pela ciência.

O filósofo foi um dos responsáveis pela divulgação dos mais perniciosos preconceitos contra as mulheres como a ausência de sentido de justiça, a falsidade, a infidelidade, a traição, a ingratidão e ausência do sentimento do belo.<sup>46</sup> Em suma, Schopenhauer destilou todo seu preconceito contra as mulheres, o qual era moeda corrente no meio cultural em que ele viveu. Totalmente contrário ao endeusamento das mulheres, afirmou serem elas “o *sexus sequior*, o segundo sexo sob todos os aspectos, feitas para se ter à distância e em segundo plano. (...) A Natureza, ao separar a espécie humana em duas categorias, não as fez iguais” (Schopenhauer, 1900: 138). Portanto, a dama européia, figura tão desprezada por Schopenhauer, não deveria ser objeto da ‘estúpida veneração’ que os homens prestavam; o autor se mostrava um admirador dos povos antigos e dos orientais, que, segundo ele, sabiam colocar as mulheres no seu devido (e segundo) lugar.

Para o autor, só deveria existir a ‘mulher de casa’, dedicada aos seus afazeres domésticos, avessa à arrogância e sujeita ao trabalho e à submissão. Schopenhauer é um crítico feroz à monogamia, declarando-se admirador dos mórmons e de suas práticas poligâmicas; acreditava que, com a supressão da monogamia, todas as mulheres encontrariam seu verdadeiro lugar sob o controle e o domínio dos homens. Para Schopenhauer, o ataque à dama e a defesa da poligamia faziam parte de sua visão a respeito das relações de gênero, onde o homem deveria ter todo o poder:

É evidente que a mulher é, por natureza, destinada a obedecer e a prova disso é que ela se liga não importa com que homem, para que ele a dirija e domine, pois ela precisa de um senhor. Se é jovem, procura um amante, se é velha, um confessor. (Schopenhauer, 1900: 141)

Ao defender essas idéias, o autor fechava definitivamente as portas das universidades, das fábricas, dos ateliês, dos hospitais e da vida política para as mulheres. Para ele, bem como para outros autores, o lugar do segundo sexo era a casa; sua função, a maternidade. Schopenhauer tinha ao seu lado, apoiando suas idéias, muitos médicos que brandiam argumentos contrários à educação superior e ao exercício dos direitos políticos. Dessa forma, Schopenhauer não abria nenhuma possibilidade

para as mulheres, a não ser cumprir suas funções naturais. Fora desse destino traçado pela evolução sexual, só a degeneração.

Mas, o mais significativo representante do pensamento científico a respeito da evolução e das diferenças sexuais foi o livro publicado em 1896 por Lombroso e Ferrero, *La Donna Delinquente* (1923). Mais do que uma reflexão sobre a prostituta e a mulher criminosa, este livro tão citado e que tanta ascendência teve em todos os centros acadêmicos da Europa, Estados Unidos e América Latina é um tratado sobre a mulher e um exemplo do pensamento dicotômico e do funcionamento do gênero na linguagem e na estrutura do conhecimento científico.

Em 1876, Lombroso havia publicado o livro que iria torná-lo mundialmente famoso e respeitado na medicina e na antropologia, *O Homem Criminoso*, no qual desenvolveu sua teoria do criminoso nato. O atavismo foi definido pelo autor como uma força de reversão a estágios menos evoluídos da espécie humana, sendo hereditário e perceptível nos indivíduos mediante estigmas, como o tamanho do crânio e certas medidas faciais e corporais. A reversão explicaria o comportamento criminoso e a prostituição, os dois temas que foram objeto dos estudos de Lombroso.<sup>47</sup>

Seguindo o plano da obra de Lombroso e Ferrero (1923), o estudo sobre a mulher também toma como referência a teoria da evolução pela seleção natural e a craniologia, mas os autores recorrem a uma vasta e diversificada bibliografia em que entram botânicos, zoólogos, médicos, anatomistas, fisiologistas, antropólogos, filósofos, historiadores e escritores para construir sua teoria a respeito da mulher normal e da criminosa. Em todo o livro há uma constante preocupação em sustentar as idéias expostas com dados quantitativos, o que demonstra a intenção dos autores em se fundamentar nos fatos observáveis e em frisar o caráter eminentemente científico e verdadeiro do trabalho.

Para definir a mulher normal, Lombroso e Ferrero primeiro explicaram como se deu a evolução sexual nos animais. Usando vários exemplos do comportamento animal, os autores afirmaram que a fêmea só é superior ao macho nas espécies inferiores, como entre os crustáceos, insetos, aracnídeos e vermes, citando várias passagens de Darwin e outros naturalistas que fizeram pesquisas comparativas entre seres humanos e animais. Subindo a escala evolutiva, o macho passava a ter supremacia, tendo como exemplo os mamíferos, salientando entre estes os primatas e estabelecendo analogias com os humanos. Como conclusão importante da

discussão sobre as diferenças sexuais entre os animais estava a idéia de que os machos representavam o elemento dinâmico e variado da espécie, enquanto as fêmeas representavam o tipo médio. Essa é uma idéia que vai ser apropriada para entender as diferenças sexuais entre os seres humanos, justificando, através da indiferenciação da mulher e de sua ligação aos interesses da espécie, a reclusão ao lar e à maternidade.<sup>48</sup>

Um dos capítulos mais importantes na utilização do gênero como categoria do pensamento científico é o que trata da anatomia e da biologia da mulher normal. As comparações estabelecidas entre as variáveis manipuladas pelos autores são dispostas em uma hierarquia de gênero em que todos os resultados apontam para a inferioridade da mulher. Tal como no livro anterior, é grande a obsessão com as medidas e os detalhes anatômicos. Quantifica-se tudo: peso, estatura, capacidade vital, força muscular, presença de pêlos, volume das vísceras, gordura corporal, capacidade craniana, enfim, a busca pelos sinais físicos da diferença sexual chega aos limites do absurdo detalhista, como, por exemplo, os dados a respeito da composição do sangue dos dois sexos.<sup>49</sup> Com todas as medidas expostas, os autores fazem diversas comparações, todas confirmatórias dos estudos craniológicos e evolucionistas que estabeleciam proximidades evolutivas entre a mulher, a criança e as raças inferiores.

Uma importante diferença sexual ressaltada no livro e que mais uma vez demonstra a sintonia dos autores com as idéias médicas da época é a menstruação. Lombroso e Ferrero reforçam a importância deste fenômeno fisiológico na vida da mulher, o que a tornava inapta para o trabalho físico e intelectual, irascível e mentirosa. Apoiados nas pesquisas fisiológicas e nas informações dos ginecologistas, os autores afirmam que, devido às transformações físicas e psíquicas proporcionadas pela menstruação, as mulheres menstruadas podiam cometer delitos e até mesmo o suicídio.<sup>50</sup>

Todos os fatos observados apontavam para a conclusão de que a mulher era mais infantil do que o homem. Da mesma forma que as medidas e as avaliações sobre o corpo eram índices do menor desenvolvimento da mulher, os sentidos e sua organização psíquica também confirmavam as mesmas idéias. No capítulo sobre os sentidos, os autores afirmavam que a mulher suportava mais a dor, tinha menor sensibilidade sexual e todos os sentidos eram menos desenvolvidos, daí a conclusão: “A mulher sente menos, como pensa menos e, assim, se confirma a máxima de Aristóteles: *Nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu*” (Lombroso & Ferrero, 1923: 54).

Todo o capítulo sobre os sentimentos nas mulheres repete os clichês culturais a respeito da inferioridade do sexo feminino, incluindo a referência a autores tradicionais, como Aristóteles, e contemporâneos, como Nordau, Spencer, Comte, Galton, Darwin e Schopenhauer, este último sendo citado várias vezes, bem como sua imagem da mulher-criança.

Apesar do determinismo de Lombroso e Ferrero, eles encerram suas discussões sobre a mulher normal com uma visão otimista. Para eles, a vida civilizada de países como a Inglaterra e Estados Unidos podia elevar a inteligência das mulheres a níveis mais próximos dos homens; desse modo, os autores acreditavam na força evolutiva da educação e das instituições sociais das 'raças evoluídas'.<sup>51</sup> Se por um lado o livro é uma peça do determinismo biológico e das representações negativas da mulher, reproduzindo velhas fórmulas e definições correntes sobre a alteridade feminina; por outro, Lombroso e Ferrero adotam uma visão meliorista a respeito da evolução sexual, mesmo que de forma tímida.

O que é importante ressaltar da leitura de textos médicos como este e da produção cultural contemporânea a Schopenhauer e Lombroso e Ferrero é que a ânsia em entender e explicar a diferença feminina fazia parte de um procedimento justificador da ordem social, fundado na naturalização das diferenças humanas. Este processo teve um papel fundamental na constituição de novos saberes, sendo a diferença feminina uma das mais procuradas. Da mesma forma que as raças dos povos 'primitivos' foram objeto da antropologia e da craniologia, que os criminosos e as prostitutas estavam na origem da criminologia, as mulheres, na sua suposta radical diferença física e mental dos homens, também foram transformadas em categorias naturais do conhecimento médico-científico.

Em meio às diversas citações que Lombroso e Ferrero fizeram, destacam-se várias vezes as referências aos ginecologistas e obstetras, uma categoria de especialistas que, ao longo do século XIX, passa a construir imagens autorizadas a respeito da natureza feminina. Representantes de um novo campo do saber sobre a mulher, os médicos do século XIX foram tributários da ciência sexual do século anterior. No entanto, não bastava conhecer as diferenças, nominá-las ou mensurá-las. O processo de conhecimento das diferenças sexuais apenas dava seus primeiros frutos com a anatomia, a fisiologia e a craniologia, mas era preciso ir além, sair do terreno das generalidades da medicina clássica, criar um vocabulário próprio, desenvolver tecnologias adequadas à natureza do objeto, enfim,

integrar os saberes disponíveis em um novo campo discursivo, em uma especialidade voltada para a diferença feminina. Os obstetras e ginecologistas foram os artífices deste processo de transformação do corpo feminino em um objeto do conhecimento, completando o círculo da ciência sexual. Nascia uma nova ciência: a ciência da mulher.

## Notas

---

- <sup>1</sup> Sobre Francis Bacon e suas metáforas sexuais, ver Keller (1985).
- <sup>2</sup> Esta é a conclusão dos trabalhos de Laqueur (1992) e Schiebinger (1994).
- <sup>3</sup> Sobre os manuais sexuais produzidos no século XIX, ver Gay (1988) e o artigo de Bush (1999).
- <sup>4</sup> Para Debay, a relação sexual era um jogo de poder. Para manter o marido sob seu controle e não dar motivo para que ele cometesse adultério, Debay aconselhava as esposas a ceder aos desejos sexuais dos maridos e mesmo fingir prazer sexual se fosse o caso. Às críticas endereçadas aos seus conselhos, Debay (1901: 92-93) respondeu: “a esposa que assim se portar dará mostras de nobreza de coração, de elevação de espírito, de bom senso e de admirável energia. As mulheres deste quilate são mui raras, é certo, mas existem; estas tais conseguem sempre captar a afeição do homem, corrigi-lo dos seus defeitos, governá-lo, tornando-se-lhes indispensáveis e vindo por fim, a dominá-lo”.
- <sup>5</sup> Sobre o poder do cientista de transformar os fenômenos incomuns em fenômenos naturais acessíveis ao conhecimento, ver Said (1996).
- <sup>6</sup> Essa visão hierárquica tem ligações com as teorias humorais de Hipócrates sobre as relações entre os quatro humores (sangue, fleugma, bile amarela e bile negra), os quatro temperamentos (sanguíneo, fleugmático, colérico e melancólico), os quatro elementos (ar, água, fogo e terra) e os quatro atributos (calor, frio, seco e úmido).
- <sup>7</sup> Embora estejamos nos referindo às interpretações médico-filosóficas sobre as diferenças sexuais, é importante salientar que essa visão hierárquica que organizava as relações de gênero, bem como a idéia da imperfeição do sexo feminino e de sua natureza, foi igualmente reproduzida pela tradição religiosa judaico-cristã.
- <sup>8</sup> Essa é também a conclusão de Schiebinger (1989), ao analisar a questão da diferença sexual nos textos de Aristóteles e de Galeno.
- <sup>9</sup> Sobre os expedientes usados pelos mestres anatomistas e seus discípulos, ver o excelente romance de Andahazi (1997). Laqueur (1992) comenta que há uma tradição folclórica de relatos sobre o roubo de cadáveres nos cemitérios por parte dos alunos das escolas de medicina.
- <sup>10</sup> Laqueur (1992) diz que essa é uma explicação para o número maior de ilustrações anatômicas do corpo masculino, mas lembra que muitas mulheres, especialmente da nobreza, tiveram seus corpos examinados ou dissecados pelos anatomistas.
- <sup>11</sup> Segundo Foucault (1982), a jurisprudência medieval a respeito dos hermafroditas mostra que o sexo era determinado pelo pai ou padrinho do recém-nascido, mas na idade

adulta o indivíduo poderia escolher continuar com o sexo que lhe fora atribuído ou optar pelo outro sexo. Escolhido o sexo este não podia ser mudado novamente, pois o indivíduo incorreria no crime de sodomia. Foucault diz que os casos de condenação à morte dos hermafroditas se devia à mudança de escolha e não por imperativos anatômicos.

- <sup>12</sup> Matteo Colombo foi professor de anatomia na Universidade de Pádua, onde sucedeu Vesalius, que foi um dos mais importantes anatomistas do século XVI e o primeiro a representar o corpo feminino com maior fidelidade à realidade observada nas dissecações. Vesalius desafiou as teorias galênicas, ao provar que Galeno utilizou-se da anatomia de animais para descrever o corpo humano. Seu livro mais importante é o estupendo *De Corporis Humani Fabrica*, publicado em 1543, ricamente ilustrado com xilogravuras. Seu sucessor, Colombo, foi o primeiro anatomista a descrever em detalhes o clitóris, que chamou de pênis feminino e também de *dulcedo amoris* ou *amor veneris*, abrindo uma discussão, um tanto perigosa para a época, a respeito do órgão feminino do prazer sexual. Sobre Matteo Colombo e sua descoberta, ver Andahazi (1997); sobre a anatomia seiscentista, ver Laqueur (1992) e Ronan (1997).
- <sup>13</sup> Sobre o conceito de esquema e seu papel na produção das representações, ver especialmente o capítulo Verdade e estereótipo, de Gombrich (1986).
- <sup>14</sup> Sigo aqui as discussões desenvolvidas pela história da ciência e do gênero presentes nos livros de Bleir (1984) e Schiebinger (1994).
- <sup>15</sup> A discussão que envolveu diversos intelectuais dos séculos XVII e XVIII, como Poulain de la Barre, Mary Wollstonecraft, Mme. D'Épinay, Rousseau, Diderot, entre outros, está sintetizada no livro prefaciado por Badinter (1985), no qual são apresentados três argumentos sobre a questão defendida por Thomas, Diderot e Mme. D'Épinay. Ver Thomas (1991).
- <sup>16</sup> Schiebinger (1994) analisou o significado do gênero nos estudos feitos por Lineu a respeito da classificação das plantas e dos mamíferos, como também a antropomorfização dos primatas, mostrando a relação entre gênero e raça nos discursos científicos a respeito das diferenças entre seres humanos e animais.
- <sup>17</sup> Há que se distinguir entre as teorias racialistas do século XVIII e aquelas formuladas no século XIX. Para os iluministas, as diferenças raciais eram pensadas em termos de classificação de culturas, de oposição entre civilização e barbárie, enquanto para os cientistas raciais do século XIX as diferenças eram visíveis e mensuráveis, localizando no corpo os indícios da superioridade e da inferioridade das raças, materialismo este que vai desembocar na eugenia e suas práticas de melhoramento das raças pelo controle político dos corpos, que previa o extermínio dos indivíduos não aptos para manter a pureza da raça.
- <sup>18</sup> Ver Ronan (1997: 25).
- <sup>19</sup> Sobre as coleções de animais e de africanos, ver Schiebinger (1994).
- <sup>20</sup> Camper desenvolveu a noção de ângulo facial, uma medida tomada entre a fronte e o maxilar, cujos ângulos variavam da medida mais perfeita – 100 graus – tomada das estátuas gregas, até a mais primitiva – 42 a 50 graus – tomada dos macacos e orangotangos. Segundo esta classificação hierárquica do ângulo facial, os negros e asiáticos ocupavam uma posição intermediária entre os animais e os brancos, com o ângulo de 70 graus. Os brancos apresentavam a medida mais próxima da perfeição, com 80 graus. Sobre Camper, ver Schiebinger (1994: 149-152) e Darmon (1991: 20).

- <sup>21</sup> Assim como houve uma classificação racial baseada nas diferentes medidas de crânios, também houve uma classificação racial da pélvis: a oval era característica das mulheres européias; a quadrada predominava entre as mongóis; a redonda era típica das mulheres indígenas americanas, e a oblonga, mais parecida com a pélvis das fêmeas animais, predominava entre as mulheres africanas. É interessante observar as torções racistas no pensamento racista através da explicação para a aparente facilidade que as africanas teriam em dar à luz. Esta observação estava em muitos manuais de obstetrícia, mas levantava um problema, pois se as européias eram de uma raça superior como poderiam ter pélvis mais estreita que as africanas? A solução para este paradoxo foi simples: não eram as mulheres africanas que tinham pélvis mais larga: seus bebês é que tinham crânios poucos desenvolvidos, daí a facilidade dos partos (Schiebinger, 1994: 156-160).
- <sup>22</sup> Não caberia numa nota os trabalhos publicados sobre essa temática, mas cabe citar, especialmente, a coletânea organizada por Duby & Perrot (1994).
- <sup>23</sup> A ginecologia, a ciência da mulher, é o corolário de todo este conjunto heterogêneo de discursos médicos, filosóficos e científicos sobre a mulher, transformando-a num objeto de conhecimento por sua natureza sexual. A constituição da ginecologia, que se deu na segunda metade do século XIX, será analisada no Capítulo 3.
- <sup>24</sup> Sobre a auto-atribuição desmitificadora da medicina dos séculos XVIII e XIX, ver Gélis (1984) e Shorter (1984). A respeito dos mitos e crenças sobre a fecundação e a gravidez, ver Barbaut (1991).
- <sup>25</sup> Sobre Rousseau e sua visão da mulher e da maternidade como função social, ver Badinter (1985) e Crampe-Casnabet (1991).
- <sup>26</sup> Ao analisar os discursos de exaltação à capacidade reprodutiva do corpo feminino, Mary Del Priore mostra que, ao lado da medicina, a Igreja contribuiu muito para a divulgação de um imaginário materno, com as representações da Virgem grávida, como a Nossa Senhora da Conceição, da Encarnação e do Bom Parto. Segundo a autora, o útero teve um importante papel na definição da mulher, “constituindo-se em *locus* de certezas e incertezas sobre a natureza feminina e ganhando *status* inelutável. Sua valorização levava também a uma valorização da sexualidade feminina, não no sentido de sua realização e sim de seu adestramento, num caminhar bem coerente com a pretensão da ciência médica e da Igreja” (Del Priore, 1993: 205). Esta passagem aponta para uma questão fundamental dos discursos médico, filosófico e religioso do século XVIII, que é o caráter normativo da valorização da mulher-mãe. No século XIX, com o fortalecimento da ideologia da domesticidade, a valorização da mulher representou a melhor expressão da normatização dos papéis de gênero e dos comportamentos femininos.
- <sup>27</sup> A idéia de que o útero vagava pelo corpo vem de Platão: “O útero é um animal que deseja ardentemente produzir filhos. Quando se conserva durante longo tempo estéril, depois da puberdade, tem dificuldade de sofrer com paciência, irrita-se, percorre todo o corpo, fechando as saídas de ar, paralisando a respiração, lançando o corpo em perigos extremos e ocasionando diversas moléstias, até que o desejo e o amor reunindo o homem e a mulher façam nascer um fruto e o colham como numa árvore” (Timeu apud Silva, 1906: 1).



- <sup>28</sup> Sobre as causas morais da ninfomania, ver o interessante tratado de Bienville (1996).
- <sup>29</sup> Bienville (1996: 61) estabelece seis passos no diagnóstico da ninfomania: “I - Se a enferma apresenta alguma inclinação que se esforça em não apagar; II - Se essa inclinação é a causa de sua languidez; III - Se, ao contrário, por vício de temperamento, sente-se atraída pelo primeiro que se lhe apresenta; IV - Se sacia-se solitariamente com masturbação; V - Se sua evacuação é pouco ou copiosa; VI - Se, finalmente, ela é ardente, impertinente, taciturna, hostil a conversas honestas com as quais os jovens bem educados costumam comprazer-se”.
- <sup>30</sup> Regnier de Graff foi o primeiro a referir-se aos folículos ovarianos em 1672. Os estudos sobre a ovulação tiveram seu início a partir de 1823 com a primeira observação de um óvulo em mamífero, realizada por Karl Ernst von Baer. O processo de ovulação e sua relação com o desejo sexual e a menstruação só começou a ser investigado a partir da década de 40 do século XIX. Ver Laqueur (1992: 211-214).
- <sup>31</sup> Um dos mais famosos e completos tratados de emenologia do século XIX foi organizado em 16 capítulos, dos quais sete são dedicados à patologia e à terapêutica da menstruação. Ver Raciborski (1868).
- <sup>32</sup> Essa visão cristã da sexualidade, bem como a contenção do corpo, não era predominante, embora fosse muito divulgada por médicos e moralistas. Sobre a gratificação sexual de casais vitorianos e a vazão do desejo sexual feminino, ver Degler (1974) e Gay (1988). Um dos mais vendidos manuais sexuais do século XIX, *Every Woman's Book*, de Richard Carlile, publicado em 1826 na Inglaterra, defendia o controle da natalidade e os prazeres do sexo para homens e mulheres igualmente. Ver Bush (1999).
- <sup>33</sup> Sigo as análises desenvolvidas por Badinter (1985).
- <sup>34</sup> Sobre a contenção dos corpos, ver o livro de Brown (1990). Sobre o pensamento misógino há vários trabalhos, dos quais destaco DUBY (1988); DOTTIN-ORSINI (1996); DIJKSTRA (1988). Um exemplar dessa tradição misógina é o *Malleus Maleficarum*, manual dos inquisidores Kramer e Sprenger, escrito em 1484, condensando a desconfiança, o ódio e a perseguição às mulheres acusadas de feitiçaria. Publicado no Brasil, em 1991, com o título *O Martelo das Feiticeiras*, o livro tem a introdução de Rose Marie Muraro e prefácio de Carlos Byington.
- <sup>35</sup> Informações presentes no livro de Jordanova (1989).
- <sup>36</sup> Sobre as representações românticas da mulher na literatura e na pintura européia, ver Dijkstra (1988). A respeito da divulgação do modelo angelical e sua aceitação pelas mulheres, ver Corbin (1995).
- <sup>37</sup> Refiro-me aos livros de Ellis (1894), Kraft-Ebing (1886), Garnier (1889) e Morel (1905).
- <sup>38</sup> Ver Corbin (1991, 1995).
- <sup>39</sup> Segundo Mirbeau (apud Dottin-Orsini, 1996: 154), “a mulher não tem cérebro; ela é um sexo, nada mais”. Dijkstra (1988) mostra como a masturbação e a sexualidade feminina foram abordadas na pintura do tema da mulher desmaiada, lânguida, inativa e exausta, exposta ao olhar masculino.
- <sup>40</sup> Sobre a inspiração malthusiana no trabalho de Darwin, ver Hubbard (1982) e Macfarlane (1990).
- <sup>41</sup> Sobre o darwinismo social, ver Dijkstra (1988) e Jones (1998).
- <sup>42</sup> A imagem da mulher-criança já vinha sendo construída desde o século XVIII, mas é

com o evolucionismo e a craniologia que ela se cristaliza. As idéias de Carl Vogt sobre sexo e raça estão no livro publicado em 1864, *Lectures on Man: his place in creation and the history of the Earth*. Ver Dijkstra (1988: 167).

- <sup>43</sup> Nordau dedicou seu livro a Lombroso, cujas idéias sobre o atavismo eram bem aceitas e respeitadas nos meios científico e cultural.
- <sup>44</sup> Dijkstra (1988: 218) comenta que *Sexo e Caráter* foi um livro de grande sucesso, sendo lido e comentado por leigos e acadêmicos, tendo sido traduzido para várias línguas.
- <sup>45</sup> Schopenhauer (1900: 135) diz que a inteligência masculina é obscurecida pelo amor a uma bela mulher, que, segundo sua definição, teria ombros estreitos, quadris largos e seria de estatura pequena.
- <sup>46</sup> Para o autor, quando uma mulher demonstrava interesse pelas artes, era com o único objetivo de agradar o homem. A ausência do sentido de justiça era o argumento do autor para se opor à participação das mulheres nos tribunais como juradas e a desconfiar do juramento das mulheres: “É impossível encontrar uma mulher verdadeira e sincera” (Schopenhauer, 1900: 133).
- <sup>47</sup> Ver Darmon (1991).
- <sup>48</sup> Esta idéia será muito utilizada pelos médicos obstetras e ginecologistas, como veremos nos capítulos seguintes. A discussão sobre a indiferenciação das mulheres estava na raiz da idéia de que todas as mulheres eram iguais, uma frase que se tornou uma espécie de ditado popular, mas que tem sua origem nestes textos evolucionistas.
- <sup>49</sup> Lombroso e Ferrero dizem (1923: 20-21) que o número de glóbulos vermelhos nas mulheres é inferior ao dos homens. Citando o fisiologista Hayem, as mulheres teriam 4.900.000 glóbulos vermelhos e os homens 5.500.000; ou então 0,05824 mg de ferro no sangue dos homens para 0,0499 mg no sangue das mulheres.
- <sup>50</sup> Comentando sobre a influência da raça e do clima na idade da menarca, Lombroso e Ferrero (1923: 34) citam a espantosa conclusão de um pesquisador italiano, Pagliani, afirmando que entre as jovens que menstruavam precocemente, aos 13 anos, metade eram loiras; aos 14 anos, mais da metade eram castanhas e aos 15 anos a maioria tinha cabelos escuros, o que ‘provava’ a precocidade sexual entre as loiras.
- <sup>51</sup> O restante do livro é dedicado ao estudo da mulher criminoso e à prostituta. A estrutura dos capítulos é semelhante à primeira parte, iniciando pelo comportamento animal e das raças ‘primitivas’ relativo aos delitos. Como no livro sobre os criminosos, Lombroso, agora juntamente a Ferrero, procura no corpo da mulher, os estigmas da criminalidade, recorrendo a diversas variáveis como o peso, a altura, o tamanho das mãos e dos pés, a cor dos cabelos e dos olhos, o tamanho do cérebro e dos órgãos genitais. A análise dos dados obedece ao mesmo procedimento analógico da primeira parte, sendo constantes as comparações de raça, gênero e classe social. Sobre as idéias de Lombroso e Ferrero a respeito da prostituta, ver Rago (1991).